



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 80, de 2015

(Nº 475/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de novembro de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00489/2015 MRE

Brasília, 3 de Novembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO

CPF.: 434.795.457-34

ID.: 6462 MRE

1950 Filho de Gerardo Majella Mello Mourão e de Léa de Barros Carvalho e Mello Mourão, nasce em 18 de agosto, em Ipueiras/CE

Dados Acadêmicos:

1981 CAD - IRBR

1991 CAE - IRBR, A Revolução de 1817 e a História Diplomática do Brasil

Cargos:

1976 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1983 Primeiro-Secretário, por merecimento

1988 Conselheiro, por merecimento

1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1976-78 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente

1978-81 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1979 XIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Oleaginosas da FAO, Roma, Chefe de delegação

1979 XIV Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras da FAO, Roma, Chefe de delegação

1979 VII Sessão do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar da FAO, Roma, Chefe de delegação

1981-83 Embaixada em Argel, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios

1983-87 Embaixada em Londres, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1987-90 Instituto Rio Branco, Coordenador de Ensino, substituto, Coordenador de Ensino, e Diretor, substituto

1990-93 Embaixada em Londres, Conselheiro

1993-96 Embaixada em Assunção, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

1996-2001 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2001-04 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2004-05 Secretaria-Geral, Assessor Especial

2004 Embaixada em Porto Príncipe, Enviado Especial para assuntos da MINUSTAH em missão transitória

2005-06 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor

2006-10 Departamento do México, América Central e Caribe, Diretor

2010-13 Embaixada em Copenhague, Embaixador

2010-13 Embaixada em Vilnius, cumulativa, Embaixador

2013- Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Condecorações:

- 2005 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2006 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2013 Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Grã-Cruz

Publicações:

- 1996 A Revolução de 1817 e a História do Brasil, Editora Itatiaia, Belo Horizonte

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
CPLP**



CPLP

**Informação Ostensiva para o Senado Federal
Novembro de 2015**

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Estados membros:	Nove (9) Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.
Observadores Associados:	República de Maurício (desde 2006); Senegal (desde 2008); Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia (desde 2014).
Fundaçāo:	17 de julho de 1996
Ano de adesão do Brasil:	1996 (membro fundador)
Sede:	Lisboa (Portugal), sede do Secretariado Executivo da CPLP
Principais órgāos:	Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores; Comitê de Concertação Permanente; Secretariado Executivo; Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Reunião de Pontos Focais de Cooperação; Assembleia Parlamentar.
Principais chefias:	Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros
Secretário Executivo	Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique), desde julho de 2012.
Diretora-Geral:	Georgina de Mello (Cabo Verde), desde fevereiro de 2014.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Murade Isaac Miguigy Murargy
Secretário Executivo da CPLP

Moçambicano. Nasceu em 10 de maio de 1946. É licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e diplomata de carreira desde 1976.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, foi conselheiro jurídico no Gabinete de Estudos e Planificação e Informação (1976-1980), Diretor para Assuntos Jurídicos e Consulares e Diretor Nacional de Protocolo (1980-1984) e Diretor de Assuntos Internacionais e Conferências (1984-1985).

Entre 1985 e 1995, foi Embaixador na França e não residente na Alemanha, na Tunísia, no Gabão, no Mali, na Costa do Marfim, no Senegal, no Irã, na Palestina e na Suíça. Nesse período, foi também Delegado Permanente junto à UNESCO e Representante Permanente junto às Nações Unidas em Genebra.

Entre 1995 e 2005, foi Secretário-Geral da Presidência da República de Moçambique, com *status* de Ministro de Estado.

De 2005 a 2012, foi Embaixador de Moçambique junto ao Governo brasileiro.

Apontado pelo Governo de Moçambique como candidato a Secretário-Executivo da CPLP, por um período de dois anos, renováveis por mais dois, o Embaixador Murargy teve sua indicação referendada pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 20 de julho de 2012, em Maputo, e foi reconduzido ao cargo, até julho de 2016, pela X Conferência, celebrada em Díli, em 23 de julho de 2014.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Georgina Benrós de Mello
Diretora-Geral da CPLP

Nasceu em Cabo Verde. É licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Seu percurso acadêmico inclui, ainda, estudos de pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos, além de mestrado em Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento pelo Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde.

Trabalhou como economista em Cabo Verde e em Timor-Leste, com experiência nos setores público e privado. Fez parte, por exemplo, do Conselho de Administração da Transportadora Aérea Cabo-Verdiana. Em Timor-Leste, foi responsável pela instalação da agência de promoção do investimento e das exportações, de que foi a primeira diretora executiva.

Publicou artigos em revistas especializadas e jornais em Cabo Verde e Portugal, e é coautora do Guia do Exportador para o Mercado da União Europeia.

Antes de ingressar na CPLP, exercia as funções de Coordenadora da Unidade Nacional de Implementação do Programa Quadro Integrado Reforçado da Organização Mundial do Comércio em Cabo Verde, a cargo do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, o que a levou a debruçar-se, nos últimos anos, sobre temas como desenvolvimento do comércio, do investimento, do setor privado e suas conexões com as cadeias globais de valor.

É Diretora-Geral da CPLP desde 3 de fevereiro de 2014, tendo sido aprovada em concurso público internacional, para cumprir mandato de três anos, renováveis por igual período.

INFORMAÇÕES GERAIS

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa.

A língua comum é a base sobre a qual se constrói a Comunidade, formada por Estados membros que compartilham também laços históricos, étnicos e culturais. Fundada no princípio da solidariedade, a CPLP tem, consoante seus estatutos, três objetivos centrais, que formam os pilares sobre os quais se desenvolve sua atuação: a concertação política e diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios, consagrados nos Estatutos da organização: igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A origem da Comunidade como organismo intergovernamental remonta ao primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo de Língua Portuguesa (São Luís, novembro de 1989), de iniciativa do então Presidente da República José Sarney. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Praia, Cabo Verde (o IILP foi, em 2005, integrado formalmente à Organização como principal foro de coordenação comunitária para a promoção e difusão da língua portuguesa).

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e Governo (com reuniões bienais); o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões ordinárias anuais); e o Comitê de Concertação Permanente (CCP). Integrado pelos representantes dos nove países junto ao Secretariado Executivo da CPLP, o CCP reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

A Presidência da CPLP tem caráter rotativo, com mandato de dois anos. O Estado membro que sedia a Conferência de Chefes de Estado e Governo assume a presidência da Comunidade pelo período subsequente. Timor-Leste assumiu a presidência por ocasião da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Díli, em 23 de julho de 2014, sucedendo Moçambique (2012-2014) e Angola (2010-2012). Em 2016, será a vez de o Brasil sediar a XI

Conferência de Chefes de Estado e de Governo, assumindo, pela segunda vez, a Presidência da CPLP (a primeira ocorreu no biênio 2002-2004).

O país que ocupa a Presidência rotativa preside as reuniões dos três órgãos deliberativos: Conferência, Conselho de Ministros e Conselho de Concertação Permanente. Em todas as instâncias deliberativas, as decisões são tomadas por consenso.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. O Secretariado tem como funções principais implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos e assegurar a execução dos programas de cooperação. É comandado pelo Secretário Executivo, secundado pela Diretora-Geral. O cargo de Diretor-Geral foi criado em 2008. Até então, o Secretário Executivo era secundado por Secretário Adjunto.

A nomeação do Secretário Executivo é objeto de decisão política, em bases rotativas entre os Estados membros (por ordem alfabética de país), para mandatos de dois anos renováveis por mais dois, ao passo que a de Diretor-Geral é resultante de concurso público internacional. Desde 2012, o cargo de Secretário Executivo é ocupado pelo moçambicano Murade Isaac Miriguy Murargy, que teve, em 2014, seu mandato renovado até 2016. Pelo critério alfabético previsto nos Estatutos da Comunidade, o atual Secretário Executivo deverá ser sucedido por um nacional português. A atual Diretora-Geral, Georgina Benrós de Mello, natural de Cabo Verde, assumiu suas funções em fevereiro de 2014, sucedendo Helder Vaz Lopes, cidadão da Guiné-Bissau.

O Secretariado Executivo conta ainda com uma Diretoria de Cooperação, ocupada hoje pelo português Manuel Clarete Lapão, e com uma Diretoria de Ação Cultural e Língua Portuguesa, sem titular nesse momento. Encontra-se em processo de criação uma nova Diretoria de Finanças.

O Secretariado Executivo conta hoje com cerca de 30 funcionários (esse número tem apresentado alguma variação ao longo do tempo). Desse total, cinco são funcionários de governos dos Estados membros, cedidos à CPLP. Não há nenhum brasileiro nos quadros do Secretariado. O Brasil teve, até 2012, oficiais de chancelaria e diplomatas cedidos ao Secretariado Executivo.

A CPLP conta com duas fontes de financiamento, previstas em seus estatutos. A primeira é o orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo, de caráter anual, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados membros. O valor anual do orçamento, bem como das contribuições de cada Estado membro, é definido por resolução do Conselho de Ministros. A contribuição do Brasil (que é, desde 2013 o maior contribuinte isolado) estabelecida para os orçamentos de 2015 e de 2016 é de 768 mil euros por ano, o que representa 30,37% do atual orçamento da Comunidade. A segunda fonte de financiamento é o Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e que visa a custear programas de cooperação, projetos e ações pontuais.

A partir de 2002, passaram a fazer parte da estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos setores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano. O Brasil é representado na Reunião de Pontos Focais de Cooperação pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), unidade do Ministério das Relações Exteriores.

Constituída legalmente em 2007, também como órgão integrante da Organização, a Assembleia Parlamentar da CPLP foi instalada em 2009. Ela substitui o Foro Parlamentar da CPLP, instituído para fomentar os contatos entre os legislativos dos Estados membros. Em abril de 2015, ao encerrar reunião dos presidentes dos grupos nacionais da Assembleia Parlamentar, em Luanda, a Vice-Presidenta da Assembleia Nacional de Angola declarou que a capital angolana sediará o Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar.

A V Assembleia Parlamentar da CPLP ocorreu em Díli, em maio de 2014, sob o lema "Os Parlamentos na Afirmação da CPLP".

A próxima reunião da Assembleia Parlamentar deverá acontecer no Brasil, em data a ser ainda definida.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a terceiros países ou organizações internacionais ou regionais, enquanto a segunda diz respeito a entidades das sociedades civis dos nove países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP (mais de quarenta organizações contam com esse *status*).

Desde 2010, o Regulamento dos Observadores Associados da CPLP, adotado pela Cúpula de Luanda, estabelece critérios mais definidos de concessão, manutenção e funcionamento da categoria de observador associado no seio comunitário, em particular o empenho do Estado pleiteante na promoção e difusão da língua portuguesa. Para tanto, estabeleceram-se, como requisitos da candidatura, entre outros, a apresentação, pelo país candidato, de um plano de atividades indicativo da parceria que tenciona estabelecer com a

Comunidade, bem como de um plano de ação específico em prol da língua portuguesa.

Atualmente, são países "observadores associados" Maurício, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia. Antes de tornar-se Estado membro da CPLP, a Guiné Equatorial teve o *status* de Estado observador associado, no período entre 2006 e 2014.

Outros países que já manifestaram interesse em estreitar relações com a CPLP são Austrália, Áustria, Indonésia, Luxemburgo, Peru e Ucrânia.

Encaminharam solicitações formais para serem admitidos como observadores associados os seguintes países: Marrocos, Suazilândia e, ainda este ano, Israel (fevereiro de 2015) e Uruguai (julho de 2015).

A ação política e diplomática da CPLP desenvolve-se em vários níveis. O mais imediato compreende o diálogo político entre os Estados membros com vistas ao fortalecimento institucional nos países da CPLP. Esse diálogo tem desdobramentos práticos em iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, seja no interior dos órgãos comunitários, seja em colaboração com outros organismos regionais a que pertençam os Estados membros, seja ainda em concertação com terceiros Estados ou organismos.

Nas sedes de organismos internacionais e em diversas capitais, foram criados os “Grupos CPLP”, formados pelos Representantes Permanentes e Embaixadores dos Estados membros, com o objetivo de manter o diálogo e a articulação política sobre os temas pertinentes a cada Grupo.

A CPLP tem tido participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em crises políticas, como o processo de independência de Timor-Leste e momentos posteriores de crise e instabilidade política na Guiné-Bissau e Timor-Leste. Exemplo mais recente dessa concertação política e diplomática é o acompanhamento, por parte da CPLP, da situação na Guiné-Bissau desde o golpe de Estado de abril de 2012 até a restauração da ordem institucional, em 2014, e seus desdobramentos mais recentes.

A CPLP busca estimular maior coordenação entre seus Estados membros nos diversos foros multilaterais de que participam, bem como articular o apoio conjunto a candidaturas de seus Membros a organismos internacionais. Cabe lembrar que a CPLP foi o primeiro organismo internacional a apoiar em bloco, na Cúpula de Luanda, em 2010, uma candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO, antes mesmo que o nome do Doutor José Graziano da Silva fosse definido. A CPLP apoiou, também, a candidatura do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, além de ter endossado a candidatura de José Graziano da Silva à sua reeleição na FAO, em 2015.

A declaração de apoio conjunto a eventuais candidaturas de Estados membros a cargos e funções em organismos internacionais é formalizada nos

comunicados finais e declarações das reuniões do Conselho de Ministros e das Cúpulas.

A presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais tem-se revelado muito importante para alguns Estados membros.

Além de contribuir financeiramente com regularidade para o financiamento das missões de observação eleitoral no âmbito da CPLP, o Brasil integrou todas as 24 Missões de Observação Eleitoral da Comunidade desde que elas foram instauradas, tendo sido as mais recentes a Missão às eleições em Moçambique e São Tomé e Príncipe, no segundo semestre de 2014. As Missões de Observação Eleitoral constituem importante instrumento para fornecer avaliações objetivas sobre os processos eleitorais e, em última instância, contribuir para o desenvolvimento institucional em bases democráticas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor-Leste.

Em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu o *status* de organismo observador à CPLP.

Desde 2005, a Assembleia Geral da ONU adota, a cada dois anos, resolução sobre a cooperação entre as duas organizações, tendo sido a mais recente em julho de 2015. Além disso, a CPLP possui acordos de cooperação e memorandos de entendimento com alguns dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidos para a Alimentação e a Agricultura (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), entre outros.

Na área da cooperação, a atuação da CPLP engloba hoje um número significativo de temas, seja por meio da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, seja no âmbito das Reuniões Setoriais Ministeriais: saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes e comércio. Muitas dessas áreas já elaboraram planos estratégicos para a cooperação, que se encontram hoje em diferentes fases de implementação.

No plano da promoção da língua portuguesa, a CPLP logrou realizar recentemente, em 2010 e 2013, duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, havendo uma terceira conferência prevista para acontecer em 2016, em Timor-Leste.

Embora as negociações que resultaram na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990, antecedam a criação da CPLP, os desdobramentos mais recentes do tema foram incorporados à agenda da organização, especialmente nas atividades desenvolvidas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico é um tratado

internacional do qual fazem parte Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com o objetivo de criar ortografia unificada para o português.

O Brasil incorporou o Acordo Ortográfico ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto nº 6.583, após aprovação do texto do Acordo pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Em 2012, o Decreto nº 7.875/2012 estendeu para dezembro de 2015 o limite para a adoção do Acordo. O adiamento foi realizado com vistas à harmonização do prazo brasileiro com os dos demais países membros da CPLP.

Em maio de 2015, o Acordo Ortográfico tornou-se a única norma ortográfica vigente em Portugal.

Criado em 1989 e incorporado à arquitetura institucional da CPLP em 2005, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é um órgão voltado para a promoção da língua portuguesa como veículo de cultura, de educação, de informação e de acesso ao conhecimento científico e como meio de comunicação oficial em fóruns internacionais. Sua atual Diretora-Executiva é a Professora Marisa Guião Mendonça, de Moçambique, escolhida mediante o princípio da rotatividade para o cargo. A Professora Mendonça sucedeu o Professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira, que dirigiu o IILP entre 2010 e 2014.

Cabe ao IILP também a tarefa de incentivar a busca das metas que integram os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, emanados das duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

Outra importante iniciativa do IILP é a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), previsto no Acordo Ortográfico, que logrou unir numa só plataforma todas as bases léxico-ortográficas do Brasil e de Portugal. Os demais países estão elaborando vocabulários ortográficos nacionais, com destaque para Moçambique e Timor-Leste, que concluíram o processo de elaboração em 2014.

Por meio da Portaria Interministerial nº12, de 15 de agosto de 2013, foi criada a Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (CNIILP). Essa comissão é composta por membros dos Ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), além de especialistas apontados pelos três Ministérios mencionados. Compete à CNIILP coordenar-se com a Diretora-Executiva do IILP na implementação de projetos e na elaboração de relatórios de progresso das atividades executadas pelo Instituto.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente uma imensa diversidade de temas. Especialmente no plano da cooperação, é imperativo estabelecer coordenação mais estreita entre as várias instâncias competentes, de modo a dar materialidade aos planos estratégicos já adotados.

Além disso, temas como mobilidade de pessoas no espaço da Comunidade, incremento da cooperação comercial e mecanismos de participação da sociedade civil vêm sendo apontados como desafios que a CPLP precisará equacionar em sua terceira década de existência.

Nesse sentido, vem sendo discutida uma "Nova Visão Estratégica" para a CPLP, proposta do Secretário Executivo, que deverá ser submetida à apreciação dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade em sua próxima Cúpula, no Brasil, em 2016.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil desempenhou papel decisivo no processo que levou à criação da CPLP, em 1996, tendo como fundamento a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa ocorrida em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por iniciativa do então Presidente José Sarney.

Alguns anos depois, em 1993, o Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, realizou, por instrução do Presidente Itamar Franco, missão junto aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com o objetivo de propor e discutir a constituição de uma comunidade de países de língua portuguesa. O Embaixador José Aparecido e o Embaixador Celso Amorim, na ocasião Ministro das Relações Exteriores, tiveram atuação fundamental nas negociações que levaram à criação da CPLP, em 1996.

Desde a constituição da Comunidade, o Brasil tem sido, junto com Portugal, o maior contribuinte ao orçamento regular da organização. Desde 2013, tornou-se o maior contribuinte isolado, com uma contribuição anual da ordem de 768 mil euros. No que se refere às contribuições voluntárias ao Fundo Especial da CPLP, o Brasil tem sido também um dos países que mais aportou recursos, ao lado de Portugal. As contribuições totais do Brasil ao Fundo Especial desde sua regulamentação, em 2000, são da ordem de 22 milhões de dólares.

O Brasil contribuiu com recursos financeiros e humanos para todas as Missões de Observação Eleitoral realizadas no âmbito da CPLP. Em 2012, a Missão de Observação às eleições presidenciais em Timor-Leste foi presidida pelo brasileiro Carlos Alves de Moura.

O Brasil ocupou a Secretaria Executiva da CPLP no período de 2000 a 2004, com a Senhora Dulce Maria Pereira, primeira e única mulher a exercer essa função, entre 2000 e 2002, e com o Embaixador José Augusto de Médicis, entre 2002 e 2004. O Brasil esteve também à frente da Direção-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), entre 2010 e 2014, na pessoa do Professor Gilvan Müller de Oliveira.

O Brasil exerceu a Presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004, e voltará a exercê-la de 2016 a 2018.

Foi o primeiro Estado membro a estabelecer uma Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa, dedicada exclusivamente à Comunidade.

Entre as inúmeras iniciativas e atividades da CPLP na qual o Brasil exerceu protagonismo, é possível destacar: o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto cofinanciado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV; a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Internacional, celebrada em Brasília, em março de 2010; o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, realizado em Brasília, em setembro de 2011.

Entre os programas e projetos de cooperação atualmente em curso com participação ativa do Brasil, destacam-se:

- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), projeto executado e financiado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa busca promover e implementar ações de voltadas para o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos Estados-membros da Comunidade;

- Projeto Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP, financiado e executado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

- Programa CPLP Audiovisual, cujas ações visam à capacitação, coprodução e teledifusão de conteúdos audiovisuais, a partir de um modelo de operação em rede, por meio da qual, de forma simultânea, cada Estado membro participante coproduz obras audiovisuais e assegura a teledifusão das mesmas por meio de emissoras públicas de televisão. O Programa conta com financiamento do Ministério da Cultura brasileiro.

Finalmente, cabe ressaltar a assinatura, em 24 de julho de 2015, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, fruto de iniciativa liderada pelo então Ministério da Previdência Social do Brasil. A convenção é um passo fundamental para a proteção dos trabalhadores que migram entre os países da comunidade de língua portuguesa, já que possibilitará computar o tempo trabalhado nos países que são parte do acordo e garantir seus benefícios. Com ele, o tempo de contribuição em um ou mais países é considerado como tempo de contribuição no Brasil e nos países acordantes, de tal forma que gere benefícios em ambos os países, proporcional ao tempo de contribuição em cada um deles.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1989	Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro.
1990	Assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
1993	Missão do Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de

	Oliveira, aos países africanos de língua portuguesa, para discutir a criação de uma comunidade de países de língua oficial portuguesa.
1996	I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 17 de julho – Cimeira Constitutiva da CPLP Portugal assume a Presidência rotativa da CPLP Marcolino José Carlos Moco (Angola) é escolhido o primeiro Secretário Executivo da CPLP.
1998	II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na Cidade da Praia, em 16 e 17 de julho. Cabo Verde assume a Presidência rotativa da CPLP.
1999	Missão de observadores da CPLP ao referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste, em agosto – Primeira missão de observação eleitoral da CPLP. CPLP ganha <i>status</i> oficial de observadora na Organização das Nações Unidas (ONU).
2000	III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 17 e 18 de julho. Moçambique assume a Presidência rotativa da CPLP. Dulce Maria Pereira (Brasil) é escolhida Secretária Executiva da CPLP.
2002	IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 31 de julho e 01 de agosto. Brasil assume a Presidência rotativa da CPLP. Timor-Leste, independente desde 20 de maio de 2002, é admitido como Estado membro da CPLP. José Augusto de Médicis (Brasil) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2004	V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, em 26 e 27 de julho. São Tomé e Príncipe assume a Presidência rotativa da CPLP. Luís de Matos Monteiro da Fonseca (Cabo Verde) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2005	O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é incorporado à arquitetura institucional da CPLP como um de seus órgãos.
2006	VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, em 16 e 17 de julho. Guiné-Bissau assume a Presidência rotativa da CPLP. Guiné Equatorial e República de Maurício são admitidas como Observadores Associados da CPLP. O Brasil abre sua Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa.
2007	A Guiné-Bissau abre sua Missão Permanente junto à CPLP.

2008	<p>VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho.</p> <p>Portugal assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Domingos Simões Pereira é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Senegal é admitido como Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Helder Vaz Lopes (Guiné-Bissau) assume como o primeiro Diretor-Geral da CPLP.</p> <p>Tem início o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto cofinanciado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV.</p>
2009	<p>Portugal e Timor-Leste abrem suas Missões Permanentes junto à CPLP.</p> <p>Instituído o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, a ser comemorado no dia 5 de maio. A data refere-se ao dia em que ocorreu a primeira reunião de ministros da cultura dos países da CPLP, em 2000.</p>
2010	<p>VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 23 de julho.</p> <p>Angola assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Angola abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p> <p>I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Brasília, em março. Adoção do Plano de Ação de Brasília.</p> <p>O professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira é escolhido Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>São adotados os novos Estatutos do IILP, ainda em processo de ratificação.</p> <p>A CPLP declara seu apoio ao candidato brasileiro à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).</p> <p>A Guiné Equatorial adota o português como língua oficial e apresenta sua candidatura a membro pleno da CPLP.</p> <p>Criado o Prêmio José Aparecido de Oliveira, por iniciativa brasileira.</p>
2011	<p>I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro.</p> <p>O apoio da CPLP contribui para a eleição de José Graziano da Silva para a Direção-Geral da FAO.</p>
2012	<p>CPLP inaugura sua nova sede, em Lisboa.</p> <p>IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 20 de julho.</p>

	<p>Moçambique assume a Presidência rotativa da CPLP. Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.</p> <p>Moçambique abre sua Missão Permanente junto à CPLP.</p> <p>O Prêmio José Aparecido de Oliveira é concedido pela primeira vez ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>Aprovada a mais recente atualização dos Estatutos da CPLP, em processo de ratificação.</p>
2013	<p>II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Lisboa, em outubro. Adoção do Plano de Ação de Lisboa.</p> <p>CPLP apoia em bloco a candidatura do Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).</p>
2014	<p>X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em 23 de julho.</p> <p>Timor-Leste assume a Presidência rotativa da CPLP.</p> <p>Georgina Benrós de Mello (Cabo Verde) assume como Diretora-Geral da CPLP.</p> <p>A Guiné Equatorial é admitida como membro pleno da CPLP.</p> <p>Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia são admitidos como Observadores Associados da CPLP.</p> <p>A Professora Marisa Guião Mendonça (Moçambique) é escolhida a nova Diretora-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).</p> <p>O brasileiro Carlos Alves de Moura é designado como Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau. Exerce suas funções até a Cúpula de Díli, em julho.</p> <p>Início das atividades do grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de nova visão estratégica para a CPLP.</p>
2015	<p>Inaugurada a Representação Permanente da CPLP em Díli. Trata-se da primeira representação permanente da CPLP em um de seus Estados membros.</p> <p>Lançado o programa CPLP Audiovisual, que conta com apoio financeiro brasileiro.</p> <p>Em visita à sede da CPLP, em Lisboa, o Vice-Presidente Michel Temer anuncia a disposição do Brasil de sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 2016. O oferecimento brasileiro é oficialmente aceito pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, em sua reunião anual, em Díli, em 24 de julho.</p>

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração
1. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	16/12/1990
2. Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	17/07/1998
3. Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	25/07/2004
4. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP	17/07/1996
5. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1996
6. Resolução sobre Revisão dos Estatutos da CPLP – XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros	02/11/2007
7. Novos Estatutos da CPLP	20/07/2012
8. XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Resolução sobre a Aprovação do Regimento Interno do IIILP	22/07/2011
9. Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da CPLP	24/07/2008
10. Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP	02/11/2007
11. Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP	30/07/2002
12. Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração	30/07/2002
13. Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP	30/07/2002
14. Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas	30/07/2002
15. Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP	30/07/2002
16. Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/2000

17. Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
18. Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
19. Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005
20. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infrações Aduaneiras	26/09/1986
21. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas	26/09/1986
22. Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Portuguesa	26/09/1986
23. Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	24/07/2015

Aviso nº 541 - C. Civil.

Em 11 de novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL